



**ATA DA 11ª REUNIÃO DE TRABALHO**  
**Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau TJSP**  
**Portaria TJSP 9847/2020**  
**Biênio 2020/2021**

**Assunto:** 11ª Reunião de Trabalho do Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau (CGOP1G) do TJSP.

**Data:** 01/10/2021 (sexta-feira)

**Horário:** 10h às 12h22min

**Local:** Via Teams

**Presentes:** (nomes dos participantes ao final)

**Trabalhos:** **Dr. Carlos Alexandre Böttcher**, Juiz Coordenador do Comitê, abriu os trabalhos, cumprimentando a todos, agradecendo a disponibilidade de participação da reunião virtual e a dedicação dos membros às atividades de natureza voluntária do CGOP1G, destacando o objetivo maior de melhorar o TJSP em seu conjunto. Reiterou a informação de agendamento da última reunião do CGOP1G do biênio 2020/2021 para o dia 3 de dezembro, salientando o cumprimento do cronograma, com reuniões bimestrais e outras extraordinárias com a Assessoria da E. Presidência do TJSP. Destacou também a produtividade ímpar do CGOP1G pelo número de reuniões realizadas e proposições, além do bom diálogo durante o biênio, o que mostrava a importância do trabalho. Em seguida, deu início aos itens da pauta.

**PAUTA**

**1. Processo eleitoral do CGOP1G para o biênio 2022/2023** (Portaria TJ n. 9997/21. Artigo 5º, inciso I, da Resolução CNJ n. 194/2014). **Expositores:** Dr. Böttcher e Sra. Carmen Giadans Corbillon;

**Manifestações:** **Dr. Böttcher** deixou consignado, para reflexão das futuras gestões, que o Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização de Primeiro Grau (CGOP1G) foi tomado de surpresa pela publicação da Portaria 9997/2021, sem a necessária participação no processo e transparência,



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

lamentando o trâmite, já que o assunto relativo às eleições para o próximo biênio já havia sido pautado nas duas reuniões anteriores de junho e agosto e que inclusive fora deliberada a apresentação de cronograma das eleições naquela reunião com a preocupação de sua realização depois das eleições para os cargos de cúpula do E. Tribunal de Justiça para que houvesse tempo hábil para a adequação do sistema pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). **Dr. Böttcher** consignou, também, que o CGOPIG já havia deliberado, nas reuniões anteriores, que para o cumprimento integral do disposto na Resolução CNJ n. 194/2014, com a redação dada pela Resolução CNJ n. 283/2019, deve ser garantido o direito de cada Magistrado de Primeiro Grau e cada Servidor poder eleger dois candidatos entre seus pares. Reiterou o recente exemplo de eleições de membros para o Órgão Especial, em que cada Desembargador podia eleger até três membros. A **Sra. Carmen Giadans Corbillon** esclareceu que fora formalizado o pedido do CGOPIG para adequação do sistema de eleição, conforme deliberado para adequação aos termos da Resolução CNJ n. 194/2014, mas que o Sr. Edvaldo Sartor, Secretário da STI, e respectiva Diretoria responderam negativamente em razão das prioridades de projetos da E. Presidência do TJSP. O **Dr. Böttcher** pontuou que, embora compreensível a sobrecarga de trabalho da STI, o não cumprimento da Resolução CNJ n. 194/2014 na integralidade acaba enfraquecendo o Comitê, obstaculizando a participação do Primeiro Grau no TJSP, a Governança colaborativa e a democratização da instituição. A **Sra. Carmen** informou que, em conversa havida com o Sr. Wagner, Diretor da STI, ele se prontificou a verificar a adequação e modificação do sistema e que a TI está ciente e tem compromisso em mudar o sistema sobre o processo eleitoral, de acordo com o que foi estabelecido na mencionada Resolução.

**Deliberação: a)** Deliberou-se que se consignasse a discordância do CGOPIG quanto à forma de condução do procedimento para elaboração do cronograma eleitoral do biênio 2022/2023 sem que houvesse participação de seus membros, contrariando deliberações anteriores e ensejando ausência de cumprimento integral da Resolução CNJ n. 194/2014, com a redação dada pela Resolução CNJ n. 283/2019, que garante o direito de cada Magistrado e Servidor eleger dois candidatos na respectiva categoria; **b)** Deliberou-se que se consignasse que a ausência de cumprimento integral da referida Resolução pode enfraquecer o Comitê e as linhas de atuação da política de priorização do Primeiro Grau, obstaculizando a participação de Magistrados e Servidores no TJSP, a Governança colaborativa e a democratização da instituição.



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**2. Inovação no TJSP e papel ativo do CGOPIG** (a) Curso de Introdução à Inovação no Poder Judiciário em andamento na Escola Paulista da Magistratura; (b) Atualização do andamento da proposta de minuta para alteração de dispositivos da Portaria n.º 9787/19, que disciplinou o INOV@TJ!; (c) Mentoria do IjuspLab (JFSP) no Inov@TJ). **Expositores:** a) Dr. Böttcher; b) e c) Sra. Carmen Giadans Corbillon;

**Manifestações:** **a) Dr. Böttcher** convidou todos(as), em nome da coordenação do Curso oferecido pela Escola Paulista da Magistratura (EPM), a conhecerem o rico material da referida capacitação, sobretudo o conteúdo das palestras disponíveis na Central de Vídeos da EPM e no canal do YouTube, exceto a aula do palestrante Ronaldo Lemos, que não autorizou a veiculação pela segunda plataforma. Destacou a importância do curso para a formação de futuros laboratoristas, trabalho também voluntário, que depende de investimento e capacitação, acumulado com as atividades administrativas de cada Servidor. **Dr. Böttcher** também mencionou que o curso serve também para a prospecção de Magistrados e Servidores interessados e com potencial para participarem nas atividades do Laboratório de Inovação do TJSP. Por fim, informou sobre a palestra de encerramento do curso da EPM, no dia 07/10 p.f. com exposição do Dr. Genofre, Juiz Assessor da Presidência para Planejamento e Gestão e palestra sobre as ferramentas usados nos Laboratórios. **b) Sra. Carmen** informou que a minuta encontrava-se em análise na E. Presidência. **c) Sra. Carmen** informa que testemunhou, como participante, a importância e interessante conteúdo do curso ministrado pela EPM, com conteúdo teórico e prático e registrou a colocação de condição essencial de realização de curso de capacitação para laboratoristas por ocasião da criação do Laboratório de Inovação do TJSP. Informou, contudo, que o curso não fora possível, naquela ocasião, por questões orçamentárias e mudanças na ordem de prioridades, havendo esforços do Dr. Genofre para inauguração das atividades do Inov@tjsp!, ainda nesta Gestão. A solução encontrada para a questão foi solicitar a colaboração da Justiça Federal, tendo havido pedido oficial da Presidência do TJSP de auxílio ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) a respeito do tema Inovação. A mentoria de grupo de trabalho no TJSP e implantação de projeto piloto de inovação, sob a coordenação da Sra. Gisele Fessore do TRF3, mostrou-se interessante experiência. Foram realizadas quatro oficinas com o intuito de melhorar a organização, comunicação efetiva e o acesso aos(as) usuários(as) aos serviços do TJSP, cuja demanda veio do setor de Comunicação do TJSP. A condução dos trabalhos de mentoria do TRF3 envolveu diversas Diretorias e Secretarias do TJSP, tais como: Comunicação- SPr, STI, SGP, DEPLAN, além da Presidência do TJSP, com viabilização de projeto piloto para melhor acesso aos serviços digitais do TJSP a todos os cidadãos. A **Sra. Carmen** qualificou a experiência de maravilhosa positiva, destacando que diversos Servidores de diversas Secretarias e Diretorias trabalharam com a ferramenta Miro, a distância, sem perda em



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

relação ao Laboratório no formato presencial. Acrescentou que os participantes estavam engajados no trabalho conjunto e com a “mão na massa”, para reflexão do problema e busca de solução com organização e método, de modo a aperfeiçoar a comunicação e melhoria dos serviços do TJSP. Foi sugerida “nova rodada” de oficinas sobre os temas do Laboratório de Inovação, de acordo com a orientação da próxima gestão e a possibilidade de participação externa, na medida em que, como destacado pelo Dr. Böttcher, o foco da melhoria dos serviços e da própria Inovação está no usuário. A **Sra. Carmen** disse ter solicitado a presença de pessoas externas, sem que houvesse tempo hábil, e sugeriu eventual participação de membros do Comitê CGOP1G e de cidadãos nas próximas oficinas para refinamento dos trabalhos do Laboratório.

**Deliberações:** a) Convidados os membros magistrados e servidores do CGOP1G a conhecerem o material do Curso de Introdução à Inovação no Poder Judiciário oferecido pela Escola Paulista da Magistratura; b) Deliberou-se aguardar novas atualizações de andamento.

**3. Teletrabalho** (Minuta de ofício de solicitação de fornecimento de *chip* com internet e comodato de mobiliário para Servidores e Magistrados em teletrabalho). **Expositores:** Dr. Teraoka e Sr. Pedro Cristóvão Pinto;

**Manifestações:** **Dr. Teraoka** pontuou que ainda que haja vedação expressa nas Resoluções do CNJ para auxílio financeiro específico para o *home office*, entende possível a solicitação oficial de fornecimento de *chip* com internet e a disponibilização de itens de trabalho essenciais e mobiliário, como instrumentos de para Servidores e Magistrados em sistema de teletrabalho, implantado em razão da pandemia, cuja manutenção, ainda que parcial, é tendência. Também destacou o alto custo individual do *home office*, o problema mundial no âmbito energético e a economia efetiva resultante do teletrabalho, além da reorganização dos espaços de prédios de uso público e compartilhamento de espaços e materiais em sistema de *coworking* para o desempenho, atualmente, de forma escalonada e, de algumas atividades ainda essencialmente presenciais. **Dr. Böttcher** relatou sua própria experiência no tocante à grande utilidade do *modem*, anteriormente disponibilizado aos(as) Magistrados(as), que se mostraram ainda mais necessários no sistema de trabalho remoto. O **Sr. Pedro Cristóvão Pinto** destacou a possibilidade de eventual disponibilização de mobiliário, caso houvesse reorganização da utilização dos prédios utilizados pelo Tribunal, além da economia de energia elétrica, vigilância e liberação de móveis sem destinação, se o caso, uma vez mantido o sistema de teletrabalho pela próxima Gestão. Também informou que havia estudos no TJSP para a criação de espaço de *coworking* para o uso de todo o Estado, ressaltando que a disponibilização do mobiliário estaria atrelada à aplicação integral do que regulamenta a Resolução TJSP 850/21,



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sugerindo a inclusão do *coworking* como tema no processo de Inovação, em atividades do Laboratório de Inovação do TJSP.

**Deliberação:** Deliberou-se a aprovação do encaminhamento do ofício com revisão final da minuta.

**4. Governança Colaborativa** - artigo 2º, inciso V, da Resolução CNJ 194/2014 **(a)** Proposta de alteração da Portaria n. 9.165/2015. Participação e acesso prévio do CGOP1G aos estudos e projetos do TJSP, inclusive com facilitação de sua inclusão no fluxo: proposta de normatização de acesso do CGOP1G a referidos estudos, projetos e procedimentos administrativos com impacto direto no Primeiro Grau, garantindo-se manifestação prévia à tomada de decisão; **b)** Ofício CGOP1G 02/2020 - reiteração de cumprimento da deliberação das reuniões anteriores de acesso ao expediente integral de estudos da Unidades de Processamento Judicial – UPJs (SPI), conforme itens 3.2 da ata de 16/04/21, 4.1 da ata de 25/06/21 e ata de 25/08/21. Sugestão de elaboração do banco de projetos do TJSP (atualização); **c)** Ofício CGOP1G 02/2021 - solicitação de participação de Juízes e Servidores nas Comissões do TJSP (atualização). **Expositores:** a) Dr. Böttcher, Dr. Teraoka e Sr. Jean Carlos Soares de Souza; b) Sr. Fábio Makoto Tagliaferro Yokoyama e Sra. Elisa Mitsiko Matsuse; c) Sra. Carmen Giadans Corbillon;

**Manifestações:** **a) Dr. Böttcher** ressaltou a necessidade de concretização de orçamento participativo com efetiva atuação do Comitê na elaboração da proposta orçamentária do TJSP, seus trâmites e acesso a dados, estudos e projetos administrativos em andamento e temas de impacto no Primeiro Grau, notadamente, relacionados à organização judiciária, excetuando-se os sigilosos declarados por lei, com disponibilização de informações por Diretorias, Secretarias e, eventualmente, pela Corregedoria Geral da Justiça. A **Sra. Carmen** observou a existência de previsão de reuniões para discussão de peça orçamentária nas áreas administrativas, as quais não ocorriam, o que foi confirmado pela **Sra. Elisa Matsuse**, Secretária de Orçamento e Finanças - SOF, esclarecendo que havia calendário e pauta para análise dos temas relacionados ao orçamento, de acordo com o Planejamento do Governo do Estado e adequação legal das demandas orçamentárias. A **Sra. Elisa** mencionou o prazo de abril para apresentação da proposta do plano anual de contratações, o PAC, para execução no ano seguinte. O **Dr. Böttcher** sugeriu fomento à participação de maneira mais efetiva de Magistrados e Servidores do Primeiro Grau na elaboração do orçamento do Tribunal, que depende de capacitação e oferecimento de orientações didáticas, com o auxílio da Sra. Elisa e do Sr. Jean Carlos. O **Sr. Jean Carlos** sugeriu reuniões no âmbito interno do Comitê para discussão sobre orçamento, alinhado com o controle da arrecadação e verificação da



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

participação das custas no orçamento e novas fontes alternativas de receitas para autonomia orçamentária do TJSP em relação ao Governo do Estado. A **Sra. Elisa** explanou, brevemente, sobre a edição do plano de orçamento anual, o aumento da taxa Selic, o impacto direto de receitas variáveis, nos anos de 2020 e 2021 e a necessidade de serem encontradas novas fontes de custeio para minimizar o impacto financeiro nos anos subsequentes. O **Dr. Teraoka** deu destaque à importância da arrecadação, compreensão do tema, informação e controle correto do fluxo e destinação orçamentária. A **Dra. Carolina Duprat**, quanto à questão do recolhimento correto de custas, teceu considerações sobre a relevância da discussão, divulgação sobre a conscientização de Magistrados e Servidores sobre a importância do recolhimento correto e sobre a adequação do valor da causa em razão dos impactos orçamentário para fazer frente a tantas demandas. A **Sra. Carmen** sugeriu a possibilidade de reforço do CGOP1G perante a Comunicação Social para plano de comunicação específico sobre o recolhimento correto de custas. O **Dr. Teraoka** destacou a relação entre a arrecadação e os reflexos de toda a estrutura da instituição, salientando a baixa arrecadação do TJSP. O **Sr. Nelson Gonçalves** pontuou a existência de avanços na capacitação, juntamente, com a SGP e SPI sobre itens de taxa judiciária e disponibilização de planilhas para cálculos pelos advogados. **b) Sr. Makoto**, Secretário de Primeira Instância – SPI, forneceu dados da CPA (UPJ 2018/76285) relativa ao estudo global de UPJs, com informações anteriores e posteriores à implantação das UPJs, com relação à produtividade e tempo dos processos. **c)** Sobre o Ofício CGOP1G 02/2021 - solicitação de participação de Juizes e Servidores nas Comissões do TJSP, a **Sra. Carmen** informou não ter informação atualizada.

**Deliberações:** **a)** deliberou-se o encaminhamento de ofício do CGOP1G, a ser minutado pela Dra. Carolina Duprat, à Comunicação Social, sugerindo trabalho massivo e conjunto com relação à divulgação direta sobre a adequação de custas para Juizes e Servidores; **b)** deliberou-se que a SOF apresentará a Magistrados e Servidores, de maneira didática, os trâmites do orçamento, sem prejuízo de estruturação de capacitação específica para o início da próxima gestão; **c)** Deliberou-se o envio da CPA materializada sobre UPJ para conhecimento dos membros; **d)** Deliberou-se que o andamento da solicitação do ofício CGOP1G 02/2021 será atualizado para acompanhamento dos membros.

**5. Adequação orçamentária** - artigo 2º, inciso III, da Resolução CNJ 194/2014 (Atualização).

**Expositora:** Sra. Elisa Mitsiko Matsuse;

**Deliberação:** Deliberou-se que a **Sra. Elisa Mitsiko Matsuse** elaborará relatório pormenorizado para conhecimento do CGOP1G, norteando os trabalhos da próxima gestão (2022/2023).



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**6. Equalização da força de trabalho** - artigo 2º, inciso II, da Resolução CNJ 194/ 2014 (Apresentação de atualização sobre o assunto, conforme deliberado nas atas anteriores). **Expositor:** Sr. Pedro Cristóvão Pinto.

**Manifestação:** Sr. Pedro informou sobre a existência de atualização de dados na aba de transparência no portal do TJSP.

**Deliberação:** Deliberou-se que a Sr. Pedro Cristóvão Pinto elaborará relatório pormenorizado sobre o atual andamento do assunto para conhecimento dos membros do CGOP1G, norteando os trabalhos da próxima gestão (2022/2023).

**7. Planejamento Estratégico do TJSP 2021/2026** - artigo 2º, inciso I e 4, inciso III, da Resolução CNJ 194/2014 (Atualização). **Expositora:** Sra. Carmen Giadans Corbillon;

**Deliberação:** Deliberou-se que a Sra. Carmen Giadans Corbillon elaborará relatório pormenorizado para conhecimento do CGOP1G, norteando os trabalhos da próxima gestão (2022/2023).

**8. Provimento TJSP n. 82/2011** (Necessidade de estudos para elaboração de ato normativo com critérios objetivos expressos para provimento dos cargos de Juiz Titular II das Varas da Comarca da Capital). **Expositores:** Dr. Böttcher, Sra. Carmen Giadans Corbillon;

**Manifestações:** O Dr. Böttcher registrou a necessidade de realização de estudos com o objetivo de normatizar a questão dos Juízes Auxiliares das Varas da Capital, considerando critério objetivo de organização judiciária. Sr. Makoto informou que os estudos tiveram início.

**Deliberação:** Deliberou-se atualização sobre o tema na próxima reunião do CGOP1G.

**9. Outros assuntos:** Sra. Carmen elogiou o conteúdo do curso da EPM, recomendando a consulta para alinhar o andamento com o Laboratório de Inovação.

Agradecendo a presença, o Dr. Böttcher encerrou a reunião, reforçando a necessidade de manutenção de otimismo e motivação, mesmo diante dos percalços, na tentativa de aprimorar o Primeiro Grau, o TJSP e o Poder Judiciário, em geral.

**Participaram da reunião virtual do CGOP1G, via Teams, realizada em 01/10/2021:**

**Membros Titulares do CGOP1G:**

Carlos Alexandre Böttcher - Juiz Coordenador



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Thiago Massao Cortizo Teraoka

Carolina Martins Clemencio Duprat Cardoso

Fernando Awensztern Pavlovsky

Fabiana Roncaratti

Janaina Martins Viscardi – ausência justificada

Jones da Silva Pizzol

Fabio Makoto Tagliaferro Yokoyama

Pedro Cristovão Pinto

Elisa Mitsiko Matsuse

Carmen Giadans Corbillon

Edivaldo Antonio Sartor

**Membros Suplentes:**

José Tadeu Picolo Zanoni

Edson Categero Gonçalves

Jean Carlos Soares de Souza

Nelson Goncales Gomes Junior

**Representantes de Associações de Magistrados e Servidores:**

Ana Carolina Miranda de Oliveira (APAMAGIS)

Bruno Machado Miano (APAMAGIS)

(Nada mais, eu, Andréa Cristhiane Sancovich Augusto, Escrevente Técnico Judiciário da Diretoria de Planejamento Estratégico do TJSP - DEPLAN, minutei a presente Ata, a qual foi conferida e assinada digitalmente pelo Dr. Carlos Alexandre Böttcher, Juiz Coordenador do CGOP1G).